

Diário do Acionista

ANO V • Edição simultânea: Rio de Janeiro e São Paulo • Quinta-feira, 16 de dezembro de 2021 • Nº 1213 • R\$ 1,00

www.diariodoacionista.com.br

IBC-BR

Atividade econômica cai 0,4% em outubro

A economia encolheu 0,4% em outubro em relação ao mês anterior, de acordo com o indicador IBC-Br (indicador de atividade econômica) do Banco Central, divulgado ontem. O recuo foi mais forte do que o de 0,2% previsto por analistas em pesquisa da Reuters. Esta é a quarta queda se-

guida, de acordo com os últimos dados revisados. O indicador sinaliza recuo na retomada do setor produtivo neste ano e reforça a tese de atividade mais fraca para 2022. Em setembro, a atividade caiu 0,46% e em agosto, 0,44%. Os dados podem ser diferentes dos informados anteriormente

porque a série passa por revisões frequentes. No mês passado, a autoridade monetária divulgou queda de 0,27% em setembro e de 0,29% em agosto. Os ajustes normalmente são residuais, mas, de acordo com o BC, nos últimos meses a diferença tem sido maior em razão da Covid-19. **PÁGINA 2**

TCU

Pedido de vista pode adiar venda da Eletrobras

O TCU (Tribunal de Contas da União) adiou em uma semana a decisão sobre a privatização da Eletrobras. O processo foi paralisado ontem com um pedido de vista do ministro Vital do Rego. "O MME (Ministério de Minas e Energia) não deixou claro qual será o impacto tarifário quando a privatização ocorrer", disse Vital durante a sessão plenária. Para ele, há problemas de cálculo no valor do bônus de outorga (R\$ 23,2 bilhões) que será pago pelas usinas da Eletrobras que deixarão de operar com regime de subsídios e cotas migrando para o ambiente livre, em que o preço da energia segue as regras do mercado. O ministro Walton Alencar considerou que seria prudente que o processo fosse apresentado em uma reunião extraordinária para evitar a erosão do valor das ações e um atraso no cronograma da privatização. "O mercado está entendendo que o TCU está barrando a privatização da Eletrobras", disse Alencar. **PÁGINA 3**

CASTELÃO

PF desenterra corrupção em obras para atingir Cid e Ciro



FACEBOOK

A Polícia Federal deflagrou operação na manhã de ontem contra desvios de recursos públicos nas obras do estádio Castelão, no Ceará. A PF cumpriu 14 mandados de busca e apreensão determinados pela Justiça, tendo entre os alvos os irmãos Ciro Gomes, pré-candidato a presidente, e o senador Cid Gomes (foto), ambos do PDT. Segundo nota da polícia, as suspeitas são de "fraudes, exigências e pa-

gamentos de propinas a agentes políticos e servidores públicos decorrentes de procedimento de licitação para obras" no estádio, entre os anos de 2010 e 2013. O inquérito teve início em 2017 e contou com relatos de quatro delatores. Lúcio Gomes, irmão de Ciro e Cid, também sofreu busca e apreensão. Pelas redes sociais, Ciro sugeriu que a ação da PF foi política. **PÁGINA 5**

CNC

Confiança do comércio volta a subir, após quedas

PÁGINA 2

ASSASSINATO

Avó admite que Henry pode ter sido agredido

A professora aposentada Rosângela Medeiros da Costa e Silva, mãe de Monique Medeiros e avó do menino Henry Borel, admitiu que a criança pode ter sido agredida. O depoimento dela, ontem, durou aproximadamente 1 hora e 50 minutos, perante a juíza Elizabeth

Machado Louro, da 2ª Vara Criminal da Capital, que também ouviu outras testemunhas de defesa de Monique. A magistrada marcou para o dia 9 de fevereiro os interrogatórios de Jairo Souza dos Santos Júnior, o Dr. Jairinho, e de Monique. **PÁGINA 4**

AGLOMERAÇÃO



Paes diz que com atual cenário, carnaval na Sapucaí está garantido

O prefeito do Rio de Janeiro, Eduardo Paes (foto), disse ontem que, se não houver uma mudança nas regras de prevenção à Covid-19 ou no quadro epidemiológico da pandemia, a realização dos desfiles das escolas de samba na Marquês de Sapucaí está garantida. Paes dedicou uma série de postagens ao assunto em sua conta no Twitter e disse que a prefeitura está discutindo regras "muito restritas" com a Liga Independente das Escolas de Samba do Rio de Janeiro (Liesa), que serão apresentadas ao comitê científico municipal. **PÁGINA 4**

COVID-19

STF confirma exigência de passaporte de vacina

PÁGINA 5

INDICADORES

IBOVESPA: 0,63% / 107.431,18 / 671,26 / Volume: 75.120.854.620 / Quantidade: 4.405.604				Bolsas no mundo		Salário mínimo	R\$ 1.100,00	IGP-M	0,02% (nov.)	EURO turismo											
Maiores Altas				Maiores Baixas				Mais Negociadas				Fechamento		%	Ufir	R\$ 3,7053	IPCA	0,95% (nov.)	Compra: 6,5230	Venda: 6,7030	
Preço	%	Oscil.		Preço	%	Oscil.		Preço	%	Oscil.											
MINERVA ON NM	9,84	+11,19	+0,99	IGUATEMI S.AUNT N1	192,00	-2,77	-5,48	VALE ON NM	77,41	-0,57	-0,44	Dow Jones	35.927,43	+1,08	NASDAQ Composite	15.565,582	+2,15				
MAGAZ LUIZA ON NM	6,17	+7,49	+0,43	DEXCO ON EX NM	16,30	-2,32	-0,39	PETROBRAS PN N2	29,30	+0,62	+0,18	Euro STOXX 50	4.163,16	+0,27	CAC 40	6.927,63	+0,47				
AMERICANAS ON NM	28,66	+7,46	+1,99	ECORODOVIAS ON NM	7,93	-2,10	-0,17	LOCALIZA ON NM	59,29	+3,13	+1,80	FTSE 100	7.170,75	-0,66							
LOJAS AMERICPN N1	5,36	+7,41	+0,37	BRASIL ON EJ NM	31,51	-1,72	-0,55	ELETRORBRAS ON N1	34,38	-0,41	-0,14										
BRASKEM PNA ED N1	55,78	+6,19	+3,25	MARFRIG ON NM	23,26	-1,32	-0,31	MAGAZ LUIZA ON NM	6,17	+7,49	+0,43	DAX	15.476,35	+0,15							

DocuSigned by:

AUTENTICO

diário do Acionista

6BF767B5695F4B6...

16-dez-21 | 4:17 AM BRT

DS

AUTENTICIDADE GARANTIDA
ao fazer o download em nosso site
www.diariodoacionista.com.br

MERCADOS

Bolsas fecham em alta após comunicado do Fed sobre juros

Os mercados globais de ações reagiram de forma positiva ao aperto monetário anunciado pelo Fed (Federal Reserve, o banco central americano) ontem.

Em Wall Street, a Nasdaq saltou 2,15%. Os índices S&P 500 e Dow Jones avançaram 1,63% e 1,08%, nessa ordem.

Com menos força, a Bolsa de Valores de São Paulo (Bovespa) saiu da estabilidade durante a tarde para acompanhar o movimento de alta do

exterior. O Ibovespa (Índice Bovespa), referência do mercado doméstico, subiu 0,63%, a 107.431 pontos.

O dólar subiu 0,24%, a R\$ 5,708, renovando a sua maior cotação desde abril.

O desempenho das bolsas contraria a reação esperada por analistas à confirmação de que o Fed irá aumentar os juros da economia e acelerar a antecipação do fim da compra de títulos, pois as medidas tiram liquidez dos mercados de ações.

IBC-BR

Atividade econômica cai 0,4% em outubro

LARISSA GARCIA/FOLHAPRESS

A economia encolheu 0,4% em outubro em relação ao mês anterior, de acordo com o indicador IBC-Br (indicador de atividade econômica) do Banco Central, divulgado ontem.

O recuo foi mais forte do que o de 0,2% previsto por analistas em pesquisa da Reuters.

Esta é a quarta queda seguida, de acordo com os últimos dados revisados. O indicador sinaliza recuo na retomada do setor produtivo neste ano e reforça a tese de atividade mais fraca para 2022.

Em setembro, a atividade caiu 0,46% e em agosto, 0,44%. Os dados podem ser diferentes dos informados anteriormente porque a série passa por revisões frequentes.

No mês passado, a autoridade monetária divulgou queda de 0,27% em setembro e de 0,29% em agosto.

Os ajustes normalmente são residuais, mas, de acordo com o BC, nos últimos meses a diferença tem sido maior em razão dos choques causados pela pandemia de Covid-19.

Nas últimas mudanças, os dados passados pioraram, com quedas maiores que as divulgadas anteriormente e crescimentos menores.

Em julho, por exemplo, houve queda de 0,11% após o ajuste desse mês. O indicador do período passou de alta de 0,6% (antes do ajuste) para 0,23% na primeira revisão (em outubro) e depois para 0,18% (em novembro).

No acumulado de 12 meses, o setor produtivo cresceu 4,19%. No ano, a alta é de 4,99%.

Em março deste ano, mês marcado por novas rodadas de lockdowns em razão do agravamento da pandemia de Covid-19, a economia encolheu 1,88%.

De acordo com a revisão deste mês, o dado só ficou positivo em quatro meses deste ano, janeiro (0,45%), fevereiro (1,63%), abril (0,45%) e junho (0,07%).

O número é calculado com ajuste sazonal, que remove especificidades de um mês, como número de dias úteis, para facilitar a comparação com outros períodos.

Após o início da pandemia, o fechamento dos comércios e o distanciamento social afetaram a economia. Com a reabertura e flexibilização das medidas restritivas, a atividade entrou em ritmo de recuperação.

Em março do ano passado, quando o vírus chegou ao país,

houve redução de 5,9% no setor produtivo, segundo informado na época, já sob efeito do distanciamento social. Após a última revisão, a variação foi para queda de 4,95%.

O pior resultado foi registrado em abril de 2020, quando a economia caiu 9,73% (10,12% com revisão), nível mais baixo desde outubro de 2006 e maior queda entre um mês e outro em toda a série histórica, iniciada em 2003.

O IBC-Br mede a atividade econômica do país e é divulgado desde março de 2010. Ele foi criado para auxiliar em decisões de política monetária, já que não existe outro dado mensal de desempenho do setor produtivo.

O indicador do BC leva em conta o desempenho dos principais setores da economia: indústria, agropecuária e serviços.

CNI

Economia deve crescer 1,2% em 2022

A Confederação Nacional da Indústria (CNI) projeta crescimento de 1,2% para a economia brasileira em 2022, a partir da "superação parcial de problemas conjunturais, como inflação, emprego e normalização das cadeias globais de valor a partir do segundo semestre do ano". A previsão está no documento Economia Brasileira: 2021-2022, divulgado ontem, em Brasília.

Para a entidade, a atividade econômica também deve se beneficiar da normalização da demanda por serviços prestados às famílias, o que ainda está abaixo do nível pré-pandemia, e também alguns setores industriais demandados ainda em 2021, principalmente aqueles ligados a investimentos, como a cadeia da construção civil e de bens de capital.

Já em um cenário mais pessimista, a previsão é de expansão do Produto Interno Bruto (PIB, soma dos bens e serviços produzidos no país) em 0,3% em 2022. No cenário otimista, o Brasil crescerá 1,8%.

Para 2021, a CNI calculou alta de 4,7% na atividade econômica. "A estimativa é menor do que o esperado no início do ano, devido às constantes quedas na indústria ocorridas no segundo semestre", explicou, em comunicado.

Segundo a confederação, a expansão do PIB neste ano reverte a queda de 4,1% em 2020, mas o resultado não significa que os problemas acentuados pela crise e os desafios estruturais do país tenham sido superados. "Há perda de ritmo da atividade econômica e as perspectivas para o próximo ano não são muito animadoras", explicou.

Entre os fatores conjunturais desfavoráveis, a CNI destaca a inflação elevada, com conse-

quentes altas nas taxas de juros, o alto endividamento das famílias, o desemprego, a escassez de insumos e matérias-primas e os custos de energia em elevação. Além disso, para a entidade, ainda há incertezas sobre o andamento da pandemia e o temor de algum retrocesso, como ocorre atualmente na Europa.

A CNI estimou um crescimento de 5,2% da indústria de transformação em 2021. Ao longo deste ano, o PIB desse setor assumiu trajetória em razão da escassez e alta do preço de insumos e de matérias-primas. Para o ano que vem, a expectativa é de um aumento gradual do emprego que, com a desaceleração da inflação e o Auxílio Brasil, deve minimizar o processo de perda de poder de compra por parte das famílias.

Além disso, a partir da segunda metade de 2022, a previsão é de regularização nas cadeias de suprimentos. Para a CNI, a desvalorização do real também será benéfica para a indústria brasileira, com incentivos às exportações e à substituição de importações no mercado doméstico. A entidade estimou que a taxa de câmbio terminará 2022 em R\$ 5,60, o mesmo patamar do fim de 2021. Em um cenário base, a indústria de transformação deve crescer 0,5% em 2022.

A previsão da CNI é de saldo comercial positivo em 2021, de US\$ 58,9 bilhões, alta de 16,9% em relação a 2020. Segundo ela, as exportações são puxadas majoritariamente pelos preços, sobretudo de commodities, enquanto as importações mostram crescimento generalizado em volume.

As estimativas para exportações e importações são, respectivamente, de US\$ 278,4 bilhões (alta de 33,1% em relação a 2021) e US\$ 219,5 bilhões (alta de 38,2%).

CNC

Após período de quedas, confiança do comércio volta a subir

Depois de três quedas mensais seguidas, os comerciantes voltaram a apresentar otimismo no final do ano. O Índice de Confiança do Empresário do Comércio (Icec) apurado pela Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo (CNC) subiu 0,3% em dezembro, acumulando alta de 10,9% em 2021.

Na série dessazonalizada, o Icec atingiu 120,3 pontos e permaneceu dentro da zona de satisfação (acima dos 100 pontos), nível próximo ao registrado em abril de 2020 (120,7), período do início da pandemia de Covid-19. A elevação, no entanto, não con-

seguiu compensar a queda de 13,2% registrada no ano passado.

O presidente da CNC, José Roberto Tadros, lembrou que este ano o índice apresentou queda em 8 dos 12 meses, refletindo a oscilação da confiança empresarial em conformidade com a performance do mercado.

"Foram dois períodos prolongados de diminuição: os primeiros cinco meses e depois o trimestre de setembro a novembro. A terceira onda da pandemia; dólar e preços altos; juros crescentes; baixa capacidade de reação do mercado de trabalho; e expectativas com o novo programa de transferência de renda

se encaixam no quadro de incertezas que influenciaram o cenário", avaliou, em nota, Tadros.

EXPECTATIVAS

Entre os três componentes do Icec, apenas Condições Atuais do Empresário do Comércio apresentou redução, de 2,3%, puxado para baixo pelo subíndice Economia, que registrou queda de 5,1%. Já Intenções de Investimento cresceu 1,4%; e Expectativas do Empresário do Comércio, 1,2%.

O economista da CNC responsável pela pesquisa, Antonio Everton, destacou que o crescimento da confiança do comércio

em dezembro pode estar relacionado às expectativas de consumo nas festas de fim de ano. No entanto, os números da pesquisa e o baixo percentual de aumento do Icec mostram prudência do planejamento empresarial.

"Apesar das perspectivas de que boa parte do 13º salário seja direcionado para o consumo, é importante considerar que as famílias estão bem endividadadas e, simultaneamente, as pressões sobre custos de produção do setor, como energia elétrica, fretes, produtos mais caros e o recente aumento dos juros requerem atenção, sobretudo, para a gestão dos estoques", afirmou o economista.

IPEA

Inflação desacelera em novembro para todas as faixas rendas

A inflação desacelerou para todas as faixas de renda em novembro. A constatação faz parte da análise do Indicador de Inflação por Faixa de Renda, divulgada ontem pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea). No segmento de renda mais baixa, a taxa saiu de 1,35% em outubro para 0,65% em novembro. Já para as famílias de renda média e média-alta o ritmo da queda foi menor e passou de 1,1% para 1,08%.

De acordo com o Ipea, ainda que tenha ocorrido desaceleração em novembro, a inflação acumulada nos 12 meses para as famílias que recebem menos de R\$ 1.808,79 atingiu 11%, o que significa um percentual maior que o das famílias que ganham mais de R\$ 17.764,49, que alcançaram 9,7% na inflação acumulada em 12 meses.

As maiores pressões inflacionárias no acumulado do ano ficaram com as famílias de renda média-baixa, que têm rendimentos mensais de R\$ 2.702,88 a R\$ 4.506,47; e as de renda mé-

dia com rendimentos entre R\$ 4.506,47 e R\$ 8.956,26. Para a faixa de renda média-baixa, as variações acumuladas ficaram em 9,6% e na de renda média foram de 9,5%.

Transporte e habitação foram os grupos que mais contribuíram para a alta inflacionária das famílias de todas as faixas de renda. A pressão nos transportes pode ser explicada pelos aumentos da gasolina (7,4%), do etanol (10,5%), das tarifas de ônibus interestadual (1,6%) e dos transportes por aplicativo (6,8%), além da variação nos preços dos automóveis novos (2,4%) e usados (2,4%). Na habitação, foram os reajustes de energia elétrica (1,2%), do gás de botijão (2,1%) e do gás encanado (2%), além dos alugueis (0,84%) e condomínios (0,95%).

Para as famílias de renda mais elevada, parte do impacto inflacionário dos transportes foi amenizada pelas quedas de 6,1% das passagens aéreas e de 1,8% do aluguel de veículos no segmento de transportes. No

entanto, a evolução dos serviços pessoais e de recreação, como hospedagem (2,6%) e pacote turístico (2,3%), contribuíram para a inflação em novembro.

O segmento alimentos e bebidas contribuiu para aliviar a inflação das famílias de renda mais baixa. Houve quedas significativas nos preços de itens importantes na cesta de consumo, como cereais (-3,2%), carnes (-1,4%) e leite e derivados (-1,5%). Outro fator que provocou impacto e ajudou a diminuir a pressão inflacionária em todas as faixas de renda foi a deflação de 3% dos artigos de higiene pessoal.

Para as duas faixas de menor renda, a inflação de novembro ficou abaixo da registrada no mesmo mês de 2020. O motivo é a melhora no desempenho dos preços dos alimentos em 2021. No ano passado ocorreram altas expressivas dos cereais (4,9%), tubérculos (16,2%), carnes (6,5%) e óleos e gorduras (6,5%). Em movimento contrário, a piora da inflação corrente para as



famílias de renda mais alta vem dos reajustes mais modestos, em 2020, da gasolina (1,6%), do óleo diesel (1,6%) e dos automóveis novos (1,1%), além da queda dos produtos de informática (-1%) e dos gastos com hospedagem (-0,4%), em relação aos registrados neste ano.

Na avaliação do Ipea, os acumulados nos últimos 12 meses "já revelam uma leve desaceleração da inflação para as faixas de renda mais baixa". No entanto, nos segmentos de maior renda seguem em trajetória de elevação.

"Enquanto os reajustes da energia elétrica (31,9%) e do gás de botijão (38,9%), aliados à alta dos alimentos no domicílio (9,7%), explicam o comportamento da inflação em 12 meses para as classes de menor renda, os aumentos dos combustíveis (52,8%), das passagens aéreas (36,6%) e dos serviços de recreação (8,6%) contribuíram fortemente para a pressão inflacionária nas faixas de renda mais alta", informou o Ipea.

Nota**CÂMARA CONCLUI PEC DO CALOTE QUE LIBERA R\$ 44 BI NO ORÇAMENTO**

A Câmara dos Deputados concluiu ontem a votação da segunda parte da PEC (proposta de emenda à Constituição) dos Precatórios, que adia o pagamento de dívidas da União já reconhecidas pela Justiça e, assim, libera espaço no Orçamento para promessas do presidente Jair Bolsonaro (PL). O texto-base do projeto, que libera mais R\$ 43,8 bilhões em despesas no próximo ano, foi aprovado em primeiro turno na terça-feira passada por 327 votos a favor e 147 contrários. No segundo turno, concluído ontem, a proposta recebeu 332 votos favoráveis e 141 contrários. Agora, segue para promulgação. Os deputados desistiram de fazer alterações significativas no texto que já foi aprovado pelo Senado. Com isso, não será mais necessário enviar a proposta para nova análise pelos senadores.

Diário do Acionista www.diariodoacionista.com.br		Administração - Redação		 ACESSE NOSSO SITE
Administração, redação e departamento comercial		CESAR FIGUEIREDO - Diretor FELIPE SOARES - Diretor		
Rio de Janeiro		PAULO DETTMANN - Editor Chefe HAROLDO PAULINO - Diagramação		
São Paulo		redacaodiariodoacionista@gmail.com		
Av. Presidente Vargas, 962, sala 908 Centro - Rio de Janeiro - CEP: 20071-002 Tels.: (21) 3556-3030 / 96865-1628 - Claro 99539-3634-Vivo		Rua Olímpias, 205 - 4º andar Vila Olímpia - São Paulo - CEP: 04551-000 Tel.: (11) 2655-1899		 ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE JORNALISTAS

TCU

Pedido de vista adia decisão sobre venda da Eletrobras

JULIO WIZIACK/FOLHAPRESS

O TCU (Tribunal de Contas da União) adiou em uma semana a decisão sobre a privatização da Eletrobras. O processo foi paralisado ontem com um pedido de vista do ministro Vital do Rego.

"O MME (Ministério de Minas e Energia) não deixou claro qual será o impacto tarifário quando a privatização ocorrer", disse Vital durante a sessão plenária.

Para ele, há problemas de cálculo no valor do bônus de outorga (R\$ 23,2 bilhões) que será pago pelas usinas da Eletrobras que deixarão de operar com regime de subsídios e cotas migrando para o ambiente livre,

em que o preço da energia segue as regras do mercado.

O ministro Walton Alencar considerou que seria prudente que o processo fosse apresentado em uma reunião extraordinária para evitar a erosão do valor das ações e um atraso no cronograma da privatização.

"O mercado está entendendo que o TCU está barrando a privatização da Eletrobras", disse Alencar.

O governo espera realizar a venda das ações da Eletrobras na Bolsa em maio.

Após o voto do relator do processo, o ministro Aroldo Cedraz, Vital do Rego elencou muitos pontos controversos em aberto e pediu mais tempo para analisar o caso.

Em seu voto, Cedraz apresen-

tou uma série de questionamentos sobre o modelo definido pelo BNDES e que, segundo o ministro, pode colocar em risco o bolso do consumidor.

Cedraz apresentaria o relatório e seu voto na semana passada, mas recebeu um ofício de deputados de oposição com suspeitas de irregularidades no processo de desestatização da estatal de energia na manhã da sessão plenária e, por isso, retirou o caso da pauta.

Um atraso de uma semana não significa um revés para os planos do governo Jair Bolsonaro (PL) de realizar o leilão - venda das ações em posse da União na Bolsa - em maio de 2022.

Parte dos ministros do TCU quer ajudar o governo a levar adiante a venda do controle da

Eletrobras, um projeto que se arrasta desde o início do governo do ex-presidente Michel Temer (MDB). Outros avaliam que há problemas graves que precisam ser mais bem discutidos.

A proposta do relator era fazer o processo em fases, algo que poderá inviabilizar o leilão no primeiro semestre de 2022. Para o governo, esse será um cenário ruim porque, a partir de abril, a campanha eleitoral já estará ganhando as ruas.

Cedraz propôs que, em uma primeira etapa, fossem votadas questões sobre as quais existe consenso. Já se chegou a um acordo, por exemplo, a respeito do preço da energia no curto e no longo prazo - R\$ 233 por megawatt-hora (MWh) e R\$ 172 por MWh, respectivamente.

TST

Turma forma maioria para admitir vínculo entre Uber e motorista



FERNANDA BRIGATTI/FOLHAPRESS

Dois dos três ministros da 3ª Turma do TST (Tribunal Superior do Trabalho) votaram a favor do reconhecimento de vínculo de emprego entre um motorista e a Uber. O julgamento ainda não foi finalizado, pois o ministro Alexandre Agra Belmonte (foto) pediu mais tempo para votar.

A Uber diz, em nota, que aguardará o voto final e que considera isolado o entendimento da 3ª Turma.

Essa é a primeira decisão de uma turma do TST a favor do reconhecimento de vínculo de emprego. O tribunal tem oito turmas, ao todo. Na 4ª e 5ª turma, os pedidos de motoristas haviam sido negados.

Quando o julgamento retomado ontem for concluído, o

caso deve ser levado à Subseção I Especializada em Dissídios Individuais, para uniformização do entendimento na Corte trabalhista.

O advogado Sólton Cunha que representou a Uber no julgamento, defendeu que os motoristas apenas usam o aplicativo para trabalhar. Para a defesa do aplicativo, a possibilidade de os motoristas terem a liberdade de fazer os próprios horários e poderem até desligar a plataforma quando não querem trabalhar elimina característica importante do vínculo empregatício, como a subordinação.

Para o relator do recurso, ministro Maurício Godinho, o controle que a Uber exerce sobre a prestação de serviços é mais profundo do que os previstos pela CLT (Consolidação das Leis do Trabalho).

ANATEL

Cidades menores fecham parceria para ter 5G antes do prazo definido

O Ministério das Comunicações e a Abdi (Agência Brasileira de Desenvolvimento Industrial) firmaram uma parceria que promete quebrar o cronograma de instalação das redes 5G pelas operadoras para que cidades menores furem a fila definida pela Anatel (Agência Nacional de Telecomunicações) e tenham o

serviço antes que outras mais populosas.

Chamada de Conecta5G, a parceria permite que prefeituras fechem acordo para a instalação de antenas 5G por meio de uma adaptação na iluminação de postes.

Cinco cidades já aderiram ao programa que será lançado hoje

pelo ministro das Comunicações, Fábio Faria (PSD-RN), em Natal, capital de seu estado. Também integram o programa Curitiba (PR), Ceará-Mirim (RN), Petrolina (PE), Araguaína (TO) e Jaraguá do Sul (SC).

Os postes 5G dessas localidades sofrerão uma adaptação. A Nokia, uma das principais fabri-

cantes de equipamentos 5G do mundo, e a Juganu desenvolvem uma tecnologia que embute os chips 5G da Qualcomm nas lâmpadas.

Essa solução foi desenvolvida exclusivamente por esse grupo de empresas para o projeto patrocinado pela Abdi. Nessa primeira fase, o serviço 5G será prestado nas frequências de 3,7 GHz (gigahertz) e de 27,9 GHz.

A solução tecnológica, patrocinada pela Abdi, transforma as lâmpadas de iluminação pública em antenas de celular que espalham como Wi-fi o sinal do 5G.

MRS LOGÍSTICA S.A.
CNPJ nº 01.417.222/0001-77 - NIRE nº 33.300.163.565
Companhia Aberta - Registro CVM nº 01794-9

Extrato da Ata da Reunião do Conselho de Administração da MRS LOGÍSTICA S/A realizada às 19:00 horas do dia 10 de novembro de 2021. LOCAL: na sede da Companhia, localizada na Praia de Botafogo nº 226, sala 707, na Cidade e Estado do Rio de Janeiro, o Conselho de Administração da Companhia reuniu-se, na forma do artigo 14, parágrafo 2º (reunião virtual). PRESENÇA: com a totalidade dos seus membros, a saber: Alejandro Daniel Laño, Carlos Hector Rezzonico, Enéas Garcia Diniz, Luis Fernando Barbosa Martinez (substituído neste ato, nos termos do art. 12, (c) do Estatuto Social, por Marcelo Cunha Ribeiro), Marcelo Cunha Ribeiro, Marcelo Leite Barros, Sonia Zagury, Viktor Nigri Moszkowicz, Wendel Gomes da Silva e William Ignácio Dias. MESA: Marcelo Cunha Ribeiro, nos termos do artigo 12, alínea "b", do Estatuto Social. Presidente. DELIBERAÇÕES: o Conselho deliberou, por unanimidade de votos, aprovar o relatório das informações trimestrais da Companhia levantadas em 30 de setembro de 2021, o qual foi objeto de relatório de revisão especial pelos auditores independentes da Companhia, KPMG Auditores Independentes. Certidão da JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO - Nome: MRS Logística S/A - Nire: 33.300.163.565 - Protocolo: 00-2021-592002-3 - 07/12/2021. Certificado o arquivamento em 08/12/2021 e o registro sob o número: 00004662570 - Data: 08/12/2021. Jorge Paulo Magalhães Filho - Secretário Geral.

GIOVANNI SANGUINETTI TRANSMISSORA DE ENERGIA S.A.
CNPJ/MF: 26.896.005/0001-38 - NIRE: 33.3.00322591

ATA de Reunião do Conselho de Administração: 1. DATA, HORÁRIO E LOCAL: 28/11/2019, às 14:30 horas, na sede social da Giovanni Sanguinetti Transmissora de Energia S.A. ("Companhia"), na Cidade e Estado do RJ, na Av. Presidente Wilson n.º 231, salas 1003 (parte) e 1004 (parte), Edifício Austregesilo de Athayde, Centro, CEP 20.030-021, na Cidade do RJ, Estado do RJ. 2. CONVOCAÇÃO E PRESENÇA: Dispensada a convocação, em virtude da participação da totalidade dos membros do Conselho de Administração da Companhia. 3. MESA: Presidente-Daniel Agustin Blat, Secretário-Fernando Martinez-Caro. 4. ORDEM DO DIA: Deliberar sobre a reeleição da Diretoria da Companhia. 5. DELIBERAÇÕES: Por unanimidade de votos e sem quaisquer ressalvas o Conselho de Administração aprovou a reeleição do (i) Sr. Antonio Lisboa Salles Neto, brasileiro, separado judicialmente, engenheiro, portador da carteira de identidade nº 53874/D, expedida pelo Crea-RJ, inscrito no CPF/MF sob o nº 544.109.327-72, para o cargo de Diretor Técnico, e (ii) Sr. Rogério Diniz de Oliveira, brasileiro, casado, administrador, portador da carteira de identidade No. 08.056.887-6, expedida pelo DIC/RJ, inscrito no CPF/MF sob o No. 002.782.367-90, para o cargo de Diretor Administrativo e Financeiro, ambos residentes e domiciliados na Cidade e Estado do RJ, com escritório na Av. Presidente Wilson No. 231, salas 1003 (parte) e 1004 (parte), Centro, CEP 20.030-021 e mandato unificado de 1 (um) ano. Os Diretores reeleitos tomaram posse mediante a assinatura das Declarações de Desempedimento (Anexo I) e respectivos Termos de Posse (Anexo II). Fica a Diretoria da Companhia autorizada a realizar todo e qualquer ato necessário para formalizar as deliberações acima, bem como publicar a presente ata em forma de extrato. 6. ENCERRAMENTO, LAVRATURA: Nada mais havendo a tratar foram encerrados os trabalhos, lavrando-se esta ata que foi lida, aprovada e assinada pelos membros do Conselho de Administração. RJ, 28/11/2019. MESA: Daniel Agustin Blat - Presidente; Leandro da Silva Reis - Secretário. Visto do Advogado: Bruna Lage Richter - OAB/RJ 158.899. Juiz(a) nº 3444721 em 03/12/2018.

EMPRESA GRÁFICA O CRUZEIRO S.A.
CNPJ Nº 33.529.124/0001-18 - NIRE: 33.3.0009454-1

Convocação - Assembleia Geral Ordinária - Ficam convocados os senhores acionistas a se reunirem em Assembleia Geral Ordinária, a se realizar no dia 28 de dezembro de 2021, às 12:30 horas, na sede social da empresa, à Rua Fonseca Teles, 114, parte, Bairro São Cristóvão/RJ, a fim de deliberarem sobre a seguinte ordem do dia: a) Eleição da Diretoria para biênio 2021/2023 e fixação dos honorários da Diretoria. Rio de Janeiro - RJ, 16 de dezembro de 2021. Josemar Gimenez de Resende - Diretor-Presidente.

GRÁFICA EDITORA JORNAL DO COMÉRCIO S.A.
CNPJ Nº 33.267.642/0001-00 - NIRE: 33.3.0009392-3

Convocação - Assembleia Geral Ordinária - Ficam convocados os senhores acionistas a se reunirem em Assembleia Geral Ordinária, a se realizar no dia 28 de dezembro de 2021, às 11:30 horas, na sede social da empresa, à Rua Fonseca Teles, 114, parte, Bairro São Cristóvão/RJ, a fim de deliberarem sobre a seguinte ordem do dia: a) Eleição da Diretoria para biênio 2021/2023 e fixação dos honorários da Diretoria. Rio de Janeiro - RJ, 16 de dezembro de 2021. Josemar Gimenez de Resende - Diretor-Presidente.

S.A. O JORNAL
CNPJ Nº 40.293.664/0001-00 - NIRE: 33.3.0011657-5

Convocação - Assembleia Geral Ordinária - Ficam convocados os senhores acionistas a se reunirem em Assembleia Geral Ordinária, a se realizar no dia 28 de dezembro de 2021, às 12:00 horas, na sede social da empresa, à Rua Fonseca Teles, 114, parte, Bairro São Cristóvão/RJ, a fim de deliberarem sobre a seguinte ordem do dia: a) Eleição da Diretoria para biênio 2021/2023 e fixação dos honorários da Diretoria. Rio de Janeiro - RJ, 16 de dezembro de 2021. Josemar Gimenez de Resende - Diretor-Presidente.

GIOVANNI SANGUINETTI TRANSMISSORA DE ENERGIA S.A.
CNPJ/MF: 26.896.005/0001-38 - NIRE: 33.3.00322591

ATA DA ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA REALIZADA EM 28/11/2019: DATA, HORA E LOCAL: Em 28/11/2019, às 16:30 horas, na sede da Giovanni Sanguinetti Transmissora de Energia S.A. ("Companhia"), na Av. Presidente Wilson, 231, salas 1003-parte e 1004-parte, Edifício Austregesilo de Athayde, Centro, CEP 20030-021, na Cidade do RJ, Estado do RJ. CONVOCAÇÃO E PRESENÇA: Dispensada a convocação prévia consistente ao disposto no parágrafo 4º do artigo 124 da Lei nº 6.404, de 15/12/1976, conforme alterada, tendo em vista a participação dos acionistas detentores da totalidade do capital social da Companhia. COMPOSIÇÃO DA MESA: Assumiu a presidência o Sr. Daniel Agustin Blat, que convidou o Sr. Fernando Martinez-Caro para secretariar os trabalhos. ORDEM DO DIA: Deliberar sobre a alteração do endereço da sede da Companhia e do caput do artigo 2º do Estatuto Social. DELIBERAÇÕES: Por unanimidade de votos e sem quaisquer restrições, após debates e discussões, os acionistas da Companhia aprovaram a alteração do endereço da sede da Companhia, atualmente localizada na Av. Presidente Wilson n.º 231, salas 1003 (parte) e 1004 (parte), Edifício Austregesilo de Athayde, Centro, CEP 20030-021, na Cidade do RJ, Estado do RJ. Dessa forma, o caput do artigo 2º passa a vigorar com a seguinte redação: Artigo 2º - A Companhia tem sede e foro na cidade e Estado do RJ, na Av. Presidente Wilson n.º 231, salas 1703 (parte) e 1704 (parte), Edifício Austregesilo de Athayde, Centro, CEP 20.030-021, podendo alterar o endereço da sede, sempre na cidade e Estado do RJ, abrir e extinguir filiais, escritórios ou representações em qualquer localidade do território nacional ou no exterior, mediante deliberação dos Diretores. Fica a Diretoria da Companhia autorizada a realizar todos os atos necessários para formalizar as deliberações acima. ENCERRAMENTO: Nada mais havendo a tratar, o Sr. Presidente deu por encerrados os trabalhos, suspendendo antes a sessão, para que se lavrasse a presente ata, que depois de lida, foi aprovada e assinada pela totalidade dos presentes. RJ, 28/11/2019. MESA: Daniel Agustin Blat - Presidente; Fernando Martinez-Caro - Secretário. Visto do Advogado: Bruna Lage Richter - OAB/RJ 158.899. Juiz(a) nº 3824157 em 16/12/2019.

VEREDAS TRANSMISSORA DE ELETRICIDADE S.A.
CNPJ/MF: 23.776.376/0001-98 - NIRE: 33.3.00320997

ATA de Reunião do Conselho de Administração: 1. DATA, HORÁRIO E LOCAL: 28/11/2018, às 15:30 horas, na sede social da Veredas Transmissora de Eletricidade S.A. ("Companhia"), na Cidade e Estado do RJ, na Av. Presidente Wilson n.º 231, salas 1003 (parte) e 1004 (parte), Edifício Austregesilo de Athayde, Centro, CEP 20.030-021, na Cidade do RJ, Estado do RJ. 2. CONVOCAÇÃO E PRESENÇA: Dispensada a convocação, em virtude da participação da totalidade dos membros do Conselho de Administração da Companhia. 3. MESA: Presidente-Daniel Agustin Blat, Secretário-Fernando Martinez-Caro. 4. ORDEM DO DIA: Deliberar sobre a reeleição da Diretoria da Companhia. 5. DELIBERAÇÕES: Por unanimidade de votos e sem quaisquer ressalvas o Conselho de Administração aprovou a reeleição do (i) Sr. Antonio Lisboa Salles Neto, brasileiro, separado judicialmente, engenheiro, portador da carteira de identidade nº 53874/D, expedida pelo Crea-RJ, inscrito no CPF/MF sob o nº 544.109.327-72, para o cargo de Diretor Técnico, e (ii) Sr. Rogério Diniz de Oliveira, brasileiro, casado, administrador, portador da carteira de identidade No. 08.056.887-6, expedida pelo DIC/RJ, inscrito no CPF/MF sob o No. 002.782.367-90, para o cargo de Diretor Administrativo e Financeiro, ambos residentes e domiciliados na Cidade e Estado do RJ, com escritório na Av. Presidente Wilson No. 231, salas 1003 (parte) e 1004 (parte), Centro, CEP 20.030-021 e mandato unificado de 1 (um) ano. Os Diretores reeleitos tomaram posse mediante a assinatura das Declarações de Desempedimento (Anexo I) e respectivos Termos de Posse (Anexo II). Fica a Diretoria da Companhia autorizada a realizar todo e qualquer ato necessário para formalizar as deliberações acima, bem como publicar a presente ata em forma de extrato. 6. ENCERRAMENTO, LAVRATURA: Nada mais havendo a tratar foram encerrados os trabalhos, lavrando-se esta ata que foi lida, aprovada e assinada pelos membros do Conselho de Administração. RJ, 28/11/2018. MESA: Daniel Agustin Blat - Presidente; Leandro da Silva Reis - Secretário. Visto do Advogado: Bruna Lage Richter - OAB/RJ 158.899. Juiz(a) nº 3459948 em 18/12/2018.

S.A. MONITOR CAMPISTA
CNPJ Nº 28.939.023/0001-85 - NIRE: 33.3.0014199-5

Convocação - Assembleia Geral Ordinária - Ficam convocados os senhores acionistas a se reunirem em Assembleia Geral Ordinária, a se realizar no dia 28 de dezembro de 2021, às 13:00 horas, na sede social da empresa, à Rua Fonseca Teles, 114, parte, Bairro São Cristóvão/RJ, a fim de deliberarem sobre a seguinte ordem do dia: a) Eleição da Diretoria para biênio 2021/2023 e fixação dos honorários da Diretoria. Rio de Janeiro - RJ, 16 de dezembro de 2021. Josemar Gimenez de Resende - Diretor-Presidente.

S.A. RÁDIO TUPI
CNPJ Nº 33.267.741/0001-92 - NIRE: 33.3.0013108-6

Convocação - Assembleia Geral Extraordinária - Ficam convocados os senhores acionistas a se reunirem em Assembleia Geral Extraordinária, a se realizar no dia 28 de dezembro de 2021, às 11:00 horas, na sede social da empresa, à Rua Fonseca Teles, 120, Bairro São Cristóvão/RJ, a fim de deliberarem sobre a seguinte ordem do dia: a) Eleição de Diretor Vice-Presidente Institucional, substituído para o restante do mandato, tendo em vista o falecimento do anteriormente eleito, em conformidade com o artigo 20, Parágrafo 2º do Estatuto Social da Companhia. Rio de Janeiro - RJ, 16 de dezembro de 2021. Josemar Gimenez de Resende - Diretor-Presidente.

GIOVANNI SANGUINETTI TRANSMISSORA DE ENERGIA S.A.
CNPJ/MF: 26.896.005/0001-38 - NIRE: 33.3.00322591

ATA DE REUNIÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO REALIZADA EM 13/04/2017: DATA, HORA E LOCAL: Em 13/04/2017, às 15h, na sede da Giovanni Sanguinetti Transmissora de Energia S.A. ("Companhia"), na Av. Presidente Wilson, 231, salas 1003-parte e 1004-parte, Edifício Austregesilo de Athayde, Centro, CEP 20030-021, na Cidade do RJ, Estado do RJ. CONVOCAÇÃO E PRESENÇA: Dispensada a convocação, em virtude da presença da totalidade dos membros do Conselho de Administração da Companhia. COMPOSIÇÃO DA MESA: Assumiu a presidência o Sr. Daniel Agustin Blat, que convidou o Sr. Leandro da Silva Reis para secretariar os trabalhos. ORDEM DO DIA: Deliberar sobre a: (i) a celebração de Instrumentos Particulares de Adiantamento para Futuro Aumento de Capital - AFAC e o aporte de recursos; e (ii) a autorização expressa para que a Diretoria da Companhia pratique todos os atos, tome todas as providências e adote todas as medidas necessárias à formalização, efetivação e administração da deliberação do Conselho. DELIBERAÇÕES: Por unanimidade de votos e sem quaisquer restrições, após debates e discussões, os acionistas da Companhia aprovaram: (i) Nos termos do art. 13, (x) do Estatuto Social, a celebração pela Companhia de (a) Instrumento Particular de Adiantamento para Futuro Aumento de Capital - AFAC (AFAC) com a Cymi Construções e Participações S.A., por meio do qual essa última disponibilizará à Companhia o montante de R\$ 500.000,00 (quinhentos mil reais), em até 10 (dez dias) úteis a partir da presente, conforme cláusulas e disposições negociadas pela Diretoria; e (b) AFAC com o Brasil Energia Fundo de Investimento em Participações, por meio do qual essa última disponibilizará à Companhia o montante de R\$ 500.000,00 (quinhentos mil reais), em até 10 (dez dias) úteis a partir da presente, conforme cláusulas e disposições negociadas pela Diretoria. (ii) A autorização expressa para que a Diretoria da Companhia pratique todos os atos, tome todas as providências e adote todas as medidas necessárias à formalização, efetivação e administração da deliberação acima do Conselho. ENCERRAMENTO: Nada mais havendo a tratar, o Sr. Presidente deu por encerrados os trabalhos, suspendendo antes a sessão, para que se lavrasse a presente ata, que depois de lida, foi aprovada e assinada pela totalidade dos conselheiros presentes. A presente ata é cópia fiel da via original lavrada em livro próprio. RJ, 13/04/2017. MESA: Daniel Agustin Blat - Presidente; Leandro da Silva Reis - Secretário. Visto do Advogado: Bruna Lage Richter - OAB/RJ 158.899. Juiz(a) nº 3030143 em 18/04/2017.

VEREDAS TRANSMISSORA DE ELETRICIDADE S.A.
CNPJ/MF: 23.776.376/0001-98 - NIRE: 33.3.00320997

ATA DA ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA REALIZADA EM 28/11/2019: DATA, HORA E LOCAL: Em 28/11/2019, às 17:00 horas, na sede da Veredas Transmissora de Eletricidade S.A. ("Companhia"), na Av. Presidente Wilson, 231, salas 1003-parte e 1004-parte, Edifício Austregesilo de Athayde, Centro, CEP 20030-021, na Cidade do RJ, Estado do RJ. CONVOCAÇÃO E PRESENÇA: Dispensada a convocação prévia consistente ao disposto no parágrafo 4º do artigo 124 da Lei nº 6.404, de 15/12/1976, conforme alterada, tendo em vista a participação dos acionistas detentores da totalidade do capital social da Companhia. COMPOSIÇÃO DA MESA: Assumiu a presidência o Sr. Daniel Agustin Blat, que convidou o Sr. Fernando Martinez-Caro para secretariar os trabalhos. ORDEM DO DIA: Deliberar sobre a alteração do endereço da sede da Companhia e do caput do artigo 2º do Estatuto Social. DELIBERAÇÕES: Por unanimidade de votos e sem quaisquer restrições, após debates e discussões, os acionistas da Companhia aprovaram a alteração do endereço da sede da Companhia, atualmente localizada na Av. Presidente Wilson n.º 231, salas 1003 (parte) e 1004 (parte), Edifício Austregesilo de Athayde, Centro, CEP 20030-021, na Cidade do RJ, Estado do RJ. Dessa forma, o caput do artigo 2º passa a vigorar com a seguinte redação: Artigo 2º - A Companhia tem sede e foro na cidade e Estado do RJ, na Av. Presidente Wilson n.º 231, salas 1703 (parte) e 1704 (parte), Edifício Austregesilo de Athayde, Centro, CEP 20.030-021, podendo alterar o endereço da sede, sempre na cidade e Estado do RJ, abrir e extinguir filiais, escritórios ou representações em qualquer localidade do território nacional ou no exterior, mediante deliberação dos Diretores. Fica a Diretoria da Companhia autorizada a realizar todos os atos necessários para formalizar as deliberações acima. ENCERRAMENTO: Nada mais havendo a tratar, o Sr. Presidente deu por encerrados os trabalhos, suspendendo antes a sessão, para que se lavrasse a presente ata, que depois de lida, foi aprovada e assinada pela totalidade dos presentes. RJ, 28/11/2019. MESA: Daniel Agustin Blat - Presidente; Fernando Martinez-Caro - Secretário. Visto do Advogado: Bruna Lage Richter - OAB/RJ 158.899. Juiz(a) nº 3828757 em 28/12/2019.

DB INTERNATIONAL BRASIL SERVIÇOS DE CONSULTORIA LTDA
CNPJ nº 18.905.427/0001-79 - NIRE 33.2.0932783-1

Resolução de Sócios

Deutsche Bahn AG, com sede em Berlim, Alemanha, na Potsdamer Platz 2, 10785, CNPJ nº 26.879.805/0001-40, neste ato representada por seu bastante procurador, Estevam Jorge Boccuzzi, RG/SSP-SP nº 8.675.041 e CPF nº 007.731.118-32; e DB Engineering & Consulting GmbH, com sede em Berlim, Alemanha, em EUREF-Campus 14, Torquauer Straße 12-15, 10829, CNPJ nº 15.405.031/0001-08, neste ato representada por seu bastante procurador, Estevam Jorge Boccuzzi, acima qualificado; únicas sócias da DB International Brasil Serviços de Consultoria Ltda, com sede em Rio de Janeiro/RJ, na Praça Mahatma Gandhi, 2, 12º andar, grupo 1220-1221, resolvem o quanto segue: 1. Por unanimidade e sem quaisquer reservas, aprovar as contas da administração e as demonstrações financeiras relativas ao exercício encerrado em 31/12/2020 e destinar o lucro do exercício, no montante de R\$ 2.531.883,05, à conta de prejuízos acumulados. 2. Nos termos do art. 1033, II, do Código Civil, dissolver a sociedade e dar início à sua liquidação, nomeando Peter Kurt Mirow, IFP/RJ nº 6786549-3 e CPF nº 091.159.147-80, como liquidante. 3. Nos termos do art. 1107 do Código Civil, aprovar a realização de distribuição antecipada de haveres às sócias, no montante de R\$ 2.600.000,00, de forma proporcional às suas participações na sociedade. E por estarem assim justas e contratadas, as sócias assinam o presente instrumento. Rio de Janeiro, 31/10/2021. Sócias: Deutsche Bahn AG - p.p. Estevam Jorge Boccuzzi; DB Engineering & Consulting GmbH - p.p. Estevam Jorge Boccuzzi. Liquidante: Declaração de Desempedimento: O liquidante declara, sob as penas da lei, que não está impedido de exercer sua atribuição por lei especial, ou em virtude de condenação criminal que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos; ou em razão de condenação por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato, contra a economia popular, contra o sistema financeiro nacional, contra as normas de defesa da concorrência, contra as relações de consumo, a fé pública ou a propriedade. Peter Kurt Mirow. JUCERJIA nº 00004657589 em 30/11/2021.

AGLOMERAÇÃO

Paes: com atual cenário, carnaval na Sapucaí está garantido

VINÍCIUS LISBOA/ABRASIL

O prefeito do Rio de Janeiro, Eduardo Paes (foto), disse ontem que, se não houver uma mudança nas regras de prevenção à Covid-19 ou no quadro epidemiológico da pandemia, a realização dos desfiles das escolas de samba na Marquês de Sapucaí está garantida. Paes dedicou uma série de postagens ao assunto em sua conta no Twitter e disse que a prefeitura está discutindo regras "muito restritas" com a Liga Independente das Escolas de Samba do Rio de Janeiro (Liesa), que serão apresentadas ao comitê científico municipal.

"Essa informação é importante para diminuir as especulações acerca dessa festa. O carnaval na Marquês de Sapucaí exige uma preparação com muita antecedência, inclusive com repasse de recursos públicos as escolas de samba", afirmou.

O prefeito argumentou que "a Marquês de Sapucaí nada mais é do que o estádio do samba" e comparou a realização da festa aos jogos de futebol com torcida, que já estão permitidos na cidade. Paes disse ainda que está usando como exemplo para o carnaval a atuação da direção do Flamengo na organização dos jogos.

"Havendo a possibilidade, como há nesse momento e acontece semanalmente, de realização de jogos de futebol com os controles já previstos nas normas estabelecidas pela prefeitura, não há qualquer motivo para não garantirmos que o carnaval da Marquês de Sapucaí será realizado".

Desde o fim de outubro, a prefeitura do Rio de Janeiro liberou a realização de jogos de futebol com estádios funcionando em 100% de sua capacidade de público. Até então, estava autorizada apenas a entrada de torcedores até 50% da capacidade máxima dos estádios.

No último dia 10, o Fluminense se classificou para a Libertadores ao vencer a Chapeense diante de um público de



DIVULGAÇÃO

mais de 48 mil pessoas nas arquibancadas do Maracanã. Um número parecido de torcedores acompanhou o embate entre Corinthians e Flamengo no estádio, em 17 de novembro.

Em 2020, último ano em que houve desfile das escolas de samba, foram vendidos 61 mil ingressos para cada dia de desfile do Grupo Especial, no domingo, segunda e sábado das campeãs, segundo balanço divulgado na época pela Riotur. Já para os desfiles da Série A, na sexta e no sábado, foram cerca de 75 mil pessoas por dia. Além dos foliões que assistem aos desfiles, passam pelo Sambódromo também os componentes que formam as alas de cada escola.

BLOCOS

Sobre as outras festividades do carnaval, o prefeito ponderou que não haverá uma decisão uniforme para a autorização dos eventos. Ele explicou que as festas em espaços fechados possibilitam a cobrança da vacinação ou da apresentação de testes negativos para a covid-19. Já os blocos de carnaval, na visão do prefeito, requerem "uma análise mais detalhada", porque não é possível controlar o acesso dos participantes

ASSASSINATO

Avó admite que Henry pode ter sido agredido

VLADIMIR PLATONOW/ABRASIL

A professora aposentada Rosângela Medeiros da Costa e Silva, mãe de Monique Medeiros e avó do menino Henry Borel, admitiu que a criança pode ter sido agredida. O depoimento dela, ontem, durou aproximadamente 1 hora e 50 minutos, perante a juíza Elizabeth Machado Louro, da 2ª Vara Criminal da Capital, que também ouviu outras testemunhas de defesa de Monique. A magistrada marcou para o dia 9 de fevereiro os interrogatórios de Jairo Souza dos Santos Júnior, o Dr. Jairinho, e de Monique.

Ao final do depoimento, Rosângela - que havia negado o tempo todo a possibilidade do neto Henry ter sido agredido, pois jamais aparecera em sua casa com marcas de violência ou falando sobre o assunto - foi diretamente inquirida pela juíza, que perguntou se ela acreditava que o neto poderia ter sido agredido, pois lesões internas não aparecem a olho nu, ao que respondeu: "Acredito que sim".

Durante seu interrogatório, Rosângela definiu Monique como uma boa filha e mãe dedicada ao pequeno Henry. Sustentou que a criança jamais havia sido maltratada e que era bem cuidada,

tanto pela mãe quanto pelos avós, na casa dos quais permanecia por longos períodos.

Presos desde abril, os réus foram denunciados pelo Ministério Público pela prática de homicídio qualificado (por motivo torpe, com recurso que dificultou a defesa da vítima e impingiu intenso sofrimento, além de ter sido praticado contra menor de 14 anos), tortura, coação de testemunha, fraude processual e falsidade ideológica.

Henry Borel Medeiros, filho de Monique e enteado de Jairinho, morreu no dia 8 de março. De acordo com informações da denúncia, o menino, de 4 anos de idade, teria sido vítima de torturas realizadas no apartamento do casal, na Barra da Tijuca. O garoto foi levado ao Hospital Barra D'Or, mas já chegou ao local morto. À época, Monique disse acreditar que o menino tivesse caído da cama. Jairinho alegou que estava dormindo, sob efeito de sedativos.

BATE-BOCA

O segundo dia de audiência do caso Henry teve protesto em frente ao Tribunal de Justiça do Rio e ânimos exaltados dentro do plenário, onde Monique Medeiros e Jairo Souza Santos Júnior, o Dr. Jairinho, estão senta-

dos no banco dos réus.

Um bate-boca começou durante o depoimento de Reinaldo César Pereira, que é casado com uma prima de Monique. Na ocasião, o promotor Fábio Vieira perguntou sobre os negócios que a família de Jairinho comanda em Bangu, na zona oeste do Rio.

"Eu ouvi dizer que eles são donos de Bangu, são donos da milícia, são donos disso tudo", disse ele. "Mas não posso afirmar nada. Eu não conheço pessoalmente nem um nem outro. Agora, o que posso afirmar é que eles são pessoas influentes e poderosas em Bangu."

Um levantamento do jornal Folha de S.Paulo mostrou que Jairinho foi citado em 37 ligações do Disque Denúncia desde 2004. A suposta ligação com milicianos, bicheiros ou traficantes é a causa mais frequente, considerando que cada denúncia pode ter mais de um motivo.

Responsável pela defesa de Jairinho, o criminalista Braz Sant'Anna interveio e disse que as declarações são baseadas em opiniões, e não em fatos. Thiago Minagé, advogado de Monique, também quis se manifestar e levantou a voz, mas foi repreendido pela juíza.

"Calma, doutor. O senhor está nervoso? Então toma um Ri-

trovil. O senhor não pode ficar gritando aqui, não", disse a juíza Elizabeth Machado Louro.

O primeiro depoimento do dia foi de Antenor Lopes, diretor do DGPC (Departamento-Geral de Polícia da Capital). Arrolado pela defesa de Monique, ele respondeu sobre questões administrativas do inquerito e elogiou a atuação de Henrique Damasceno, delegado responsável pelo caso.

No começo das investigações, a defesa de Jairinho disse que o ex-vereador era perseguido pelo delegado e solicitou que o inquerito fosse para as mãos da Delegacia de Homicídios da cidade.

"O que eu vi foi o doutor Henrique Damasceno e a doutora Ana Carolina, de maneira incansável, tentando responder o que que levou à morte do menino Henry Borel", disse ele. "Na nossa visão, as investigações foram feitas de forma isenta e imparcial. Não houve nenhuma forma de conluio ou complô."

Durante o depoimento de Lopes, uma mulher usando máscara com uma imagem do presidente Bolsonaro foi retirada por seguranças após se exaltar na plateia. "Eu não sei por que estou sendo retirada, mas eu saio de alma lavada", disse ela.

POLICIA

STF volta a julgar restrições de operações no RJ

ANDRÉ RICHTER/ABRASIL

O Supremo Tribunal Federal (STF) voltou a julgar ontem a validade da decisão que restringiu a realização de operações policiais em comunidades do Rio de Janeiro durante o período da pandemia de Covid-19. Até o momento, o placar da votação está empatado em 1 a 1 pela manutenção de todas as medidas.

Os ministros iniciaram o julgamento de um recurso que pede providências quanto ao descumprimento da decisão proferida em 2020 pelo relator do ca-

so, Edson Fachin, segundo a qual, as operações poderão ser deflagradas somente em casos excepcionais. Em seguida, a liminar foi confirmada pelo plenário da Corte, durante julgamento virtual.

Pela determinação, ficou consignado que a polícia ainda deverá justificar a realização das operações por escrito e comunicá-las ao Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro, órgão responsável pelo controle externo da atividade policial.

A decisão também limitou o uso de helicópteros, determinou

a preservação de vestígios de crime e proibiu o uso de escolas e unidades de saúde como bases operacionais das polícias Militar e Civil.

Ontem, Fachin reafirmou sua posição pela restrição das operações. Segundo o ministro, a decisão vem sendo descumprida e reforçou que o uso da força deve ser o último recurso do Estado.

"A excepcionalidade (das operações) não é uma invenção do tribunal, não é um capricho do STF, é uma exigência da obrigação estatal de garantir a vida, protegendo de agressões arbi-

trárias. A violência estatal só se justifica quando visa proteger um bem igual ao que está na iminência de ser gravemente atingido. Por isso, o uso da força letal é legítimo apenas se se tiver exaurido os demais meios não letais para proteger a vida ameaçada", argumentou.

O ministro Alexandre de Moraes acompanhou parte do voto do relator, mas abriu divergência em alguns pontos. Para Moraes, as restrições favorecem a criminalidade, e a crise na segurança pública não pode ser resolvida impedindo a atuação das polícias.

Financial statement for Distribuidora Record de Serviços de Imprensa S.A. including balance sheet, income statement, and cash flow for 2020 and 2019.

CASTELÃO

PF desenterra corrupção em obras para atingir Cid e Ciro

CAMILA MATTOSO/FOLHAPRESS

A Polícia Federal deflagrou operação na manhã de ontem contra desvios de recursos públicos nas obras do estádio Castelão, no Ceará.

A PF cumpriu 14 mandados de busca e apreensão determinados pela Justiça, tendo entre os alvos os irmãos Ciro Gomes, pré-candidato a presidente, e o senador Cid Gomes, ambos do PDT.

Segundo nota da polícia, as suspeitas são de "fraudes, exigências e pagamentos de propinas a agentes políticos e servidores públicos decorrentes de procedimento de licitação para obras" no estádio, entre os anos de 2010 e 2013. O inquérito teve início em 2017 e contou com relatos de quatro delatores.

Lúcio Gomes, irmão de Ciro e Cid, também sofreu busca e apreensão.

Pelas redes sociais, Ciro sugeriu que a ação da PF foi política. "Não tenho mais dúvida de que Bolsonaro transformou o Brasil num Estado Policial que se oculta sob falsa capa de legalidade", escreveu.

O presidencial afirmou também que "não tenho nenhuma ligação com os supostos fatos apurados" e que não tem dúvida de que "esta ação tão tardia e despropositada tem o objetivo claro de tentar criar danos à minha pré-candidatura." Ele termina o texto dizendo que nin-

guém vai calar sua voz.

O juiz Danilo Dias Vasconcelos de Almeida, da 32ª Vara Federal do Ceará, determinou ainda o afastamento do sigilo telefônico, bancário, fiscal e telemático dos irmãos e de outros alvos.

Segundo os documentos, a investigação é em cima de pagamento de propinas a servidores públicos e agentes políticos do governo do Ceará na gestão do então governador Cid Gomes.

De acordo com a PF, a fraude teria ocorrido para que a Galvão Engenharia obtivesse êxito no processo de licitação para realizar reformas no estádio. O valor da concorrência foi de R\$ 518 milhões, oriundos do BNDES.

Há ainda suspeita de que na fase de execução contratual tenham sido pagas vantagens indevidas para que o governo estadual repasse valores que estavam supostamente retidos.

A polícia fala na representação que há indícios de que a propina era paga muitas vezes disfarçada de doações eleitorais para Cid Gomes e os irmãos Ciro Gomes e Lúcio Gomes.

Dois advogados que ocuparam o cargo de procurador-Geral do Estado do Ceará também foram alvos da operação. Eles são suspeitos de atuar no processo licitatório e promover uma blindagem aos políticos.

A apuração da PF contou com delações premiada de executivos da Galvão Engenharia.

Os pagamentos de propina,

diz a polícia, eram feitos em espécie tanto em um escritório de advocacia quanto na residência de um dos advogados investigados.

Em rede social, o ex-presidente Lula (PT) e a ex-presidente Dilma Rousseff manifestaram solidariedade a Ciro e Cid Gomes.

"Quero prestar minha solidariedade ao senador Cid Gomes e ao pré-candidato a presidente Ciro Gomes, que tiveram suas casas invadidas sem necessidade, sem serem intimados para depor e sem levar em conta a trajetória de vida idônea dos dois. Eles merecem ser respeitados", escreveu Lula.

Na terça-feira passada, na primeira pesquisa Ipec depois da filiação de Sergio Moro ao Podemos e do início das articulações para a candidatura do ex-juiz ao Planalto, Lula lidera com folga as intenções de voto da corrida eleitoral de 2022, seguido pelo presidente Jair Bolsonaro (PL).

Nos dois cenários analisados no levantamento do Ipec, divulgado pela GloboNews, o petista tem mais intenções de voto do que todos os outros possíveis candidatos somados. Isso indica a possibilidade de vitória de Lula ainda no primeiro turno da disputa.

No primeiro cenário de candidatos à Presidência, Lula tem 48%, Bolsonaro, 21%, e Moro, 6%, empatado tecnicamente com Ciro Gomes (PDT), que tem 5%. A margem de erro da pesquisa é de dois pontos percentuais,

para mais ou para menos, com nível de confiança de 95%.

DEDO DE BOLSONARO

O presidencial Ciro Gomes (PDT-CE) diz ter "absoluta certeza" de que a operação da Polícia Federal em sua residência e de seus irmãos Lúcio e Cid Gomes teve a influência do presidente Jair Bolsonaro.

"Eu tenho absoluta segurança de que é ordem de Bolsonaro, tal a violência e arbitrariedade", afirmou ele à coluna Mônica Bergamo, da Folha de S.Paulo.

De acordo com Ciro Gomes, a origem do inquérito é uma delação premiada de "uma pessoa que diz na própria delação que nunca falou comigo".

Ciro afirma que a concorrência foi vencida por quem ofereceu o menor preço. "Soube agora por meus advogados que o custo do assento do Castelão foi o mais barato do mundo desde 2002, de todas as Copas do Mundo. Pode investigar isso", diz ele.

O pedetista observa ainda que foi arrolado como agente público, sendo que não exerce cargos públicos desde 2010, quando cumpriu mandato de deputado federal.

Além disso, já se passaram sete anos desde a Copa. E só agora, com a campanha pela sucessão de Bolsonaro em curso, a operação foi desencadeada.

"É completamente aberrante e calunioso. Vou processar todos os envolvidos", afirma ele.

STF abre brecha para entrada no Brasil sem passaporte da vacina

O STF (Supremo Tribunal Federal) formou maioria para estabelecer que os residentes do Brasil que deixarem o país a partir desta quarta-feira poderão retornar se comprovarem que tomaram o imunizante contra a Covid-19, ou se fizeram quarentena de cinco dias e apresentarem teste negativo.

Assim, a decisão deixa margem para residentes que deixarem o país a partir de ontem retornarem mesmo sem o comprovante da imunização.

Os ministros Edson Fachin, Cármen Lúcia, Alexandre de Moraes, Rosa Weber e Luiz Fux votaram para acompanhar o voto de Barroso.

O julgamento ocorre no plenário virtual e os demais magistrados têm até hoje para incluírem seus votos no sistema.

A manifestação do Supremo também permite a entrada, sem vacina, de quem não pode receber as doses por razões médicas, menores de 12 anos e quem chega de países sem imunizantes disponíveis.

Com a decisão, o governo terá de refazer a portaria com regras sobre o controle de fronteiras. Mas as manifestações de Barroso, acompanhadas pelos colegas da corte, deixaram dúvidas sobre como cobrar e fiscalizar o comprovante de vacinação, e quais são as formas possíveis de barrar a entrada de um residente no Brasil.

A proposta de inserir o certificado da vacinação no controle de fronteiras, apresentada pela Anvisa em 12 de novembro, foi ignorada por quase um mês pelo governo, barrada pelo discurso negacionista do presidente Jair Bolsonaro (PL).

Encurralado por questionamentos do STF e recomendação do TCU (Tribunal de Contas da União), o governo aceitou parte das recomendações da Anvisa em portaria publicada na última semana. Decidiu liberar, em aeroportos, a entrada de todos os não vacinados que cumprissem o isolamento e apresentassem teste negativo, como havia proposto a agência.

O Planalto, porém, desejava permitir que viajantes cruzassem a fronteira por terra apenas com o exame negativo em mãos, enquanto a agência cobrava barrar quem não estivesse imunizado.

INFLUENZA

Surto de gripe atinge ao menos 5 estados

Depois de Rio de Janeiro e São Paulo, outros estados e capitais acendem o alerta para um aumento incomum de casos de gripe. Com a alta na procura por unidades de saúde, eles abrem espaços exclusivos para esses pacientes e se mobilizam para ampliar a vacinação. É o caso ao menos do Espírito Santo e das cidades de Salvador (BA) e Porto Velho (RO), que confirmaram ontem o crescimento nos atendimentos. Nesses locais, porém, ainda não há registros de uma intensificação de casos graves e mortes. Em nota enviada à reportagem, a Secretaria de Saúde capixaba informou que "o cenário, inicialmente, apresenta indicadores para epidemia de influenza" no estado. Também disse que aguarda resultados de sequenciamentos genéticos que foram encaminhados à Fiocruz.

A pasta divulgou na terça-feira um alerta sobre a situação. Ela recomenda a separação das recepções para pacientes com síndrome respiratória e a ampliação da oferta de vacinas da influenza e da Covid-19 para grupos de risco e funcionários.

"Foi observado que nas últimas duas semanas a procura por UPAs superou a quantidade esti-

A portaria do governo já previa, mas Barroso reforçou, em comunicado, que a companhia aérea deverá cobrar antes do embarque o certificado da vacina, o resultado do teste da Covid-19 e a DSV (Declaração de Saúde do Viajante).

Esta nota do ministro também ampliou as dúvidas no governo, pois foi lida como sinal de que mesmo residentes teriam de ser barrados, se não estivessem vacinados.

Por terra, o teste negativo e o comprovante da imunização são entregues às autoridades sanitárias ou migratórias.

De forma geral, técnicos do governo e da agência avaliam que a possibilidade de substituir o certificado de vacinação pela quarentena e teste é direcionada ao modal aéreo, onde é mais fácil acompanhar o viajante.

No quinto dia de isolamento, o viajante deve realizar novo exame para a Covid-19. Se o resultado for negativo, está liberado para circular no Brasil, senão tem de completar o ciclo de 14 dias de quarentena.

Na primeira decisão monocrática no caso, no último dia 11, Barroso apenas estabeleceu que residente do Brasil só poderia voltar ao país mediante comprovação de que tomou vacina contra a Covid-19. A medida previa dispensa da regra a quem apresentasse razões médicas que contra indicassem a imunização, ou para quem viesse de países que não tenham vacinas disponíveis.

Na segunda decisão, do dia 14 deste mês, ele decidiu que a exigência de passaporte de vacinação só valia para as pessoas que deixarem o país ontem em diante.

Em ambas as ordens judiciais, o ministro não mencionava a hipótese da quarentena e testagem como alternativa ao passaporte de vacinação para residentes.

No julgamento virtual em que a corte discute se referenda a decisão do relator, porém, Barroso passou a prever a possibilidade de quarentena e dupla testagem para autorizar a entrada no país.

Por meio de nota enviada à reportagem, o ministro disse que esse trecho do voto serve apenas para esclarecer que residentes do país não podem ser proibidos de entrar no Brasil.

RESPONSABILIDADE

MPF quer que governo Bolsonaro pague R\$ 62,5 bi a vítimas da Covid

MARCELO ROCHA/FOLHAPRESS

A Procuradoria da República no Distrito Federal afirma que o governo federal minimizou a gravidade da Covid-19 e pede que a União seja condenada a reparar as perdas de famílias dos mortos e de vítimas com sequelas graves. O valor da causa é estimado em R\$ 62,5 bilhões.

Em ação civil pública enviada à Justiça Federal ontem, procuradores da República afirmam que houve omissão e negligência da gestão do presidente Jair Bolsonaro (PL) nas negociações para a compra de vacinas e que isso "custou caro à sociedade".

Em vários trechos do documento de 118 páginas, os representantes do MPF (Ministério Público Federal) atribuem irregularidades a Bolsonaro e a seus comandados que contribuíram para que o número de mortos na

pandemia superasse a marca dos 600 mil.

"O presidente Jair Bolsonaro, líder máximo da nação, em diversas ocasiões, zombou e duvidou do número de óbitos, chamou de 'maricas' e cheios de 'mimimi' aqueles que se preocupavam com o vírus e com as suas nefastas consequências para a população", afirmaram.

A Secom (Secretaria de Comunicação da Presidência) foi procurada pela reportagem para comentar o caso e tão logo se manifeste o texto será atualizado.

Os signatários da ação, que tramita na 20ª vara Cível de Justiça Federal do DF, pedem que as famílias dos mortos sejam indenizadas em, pelo menos, R\$ 100 mil, e as famílias de sobreviventes com sequelas graves/persistentes, em R\$ 50 mil.

Além disso, querem que a União seja obrigada pela Justiça

a pagar R\$ 1 bilhão a ser revertido a um fundo como forma de reparação do dano moral coletivo. O valor deve ser aplicado obrigatoriamente em ações, programas ou projetos de desenvolvimento científico.

Há também pedido para que seja determinado ao Executivo o mapeamento e a avaliação sistemática dos casos de Covid longa ou de mortes após alta hospitalar por complicações e sequelas decorrentes da doença. Sobre essa situação, há pedido de liminar (decisão antecipatória).

De acordo com a Procuradoria, a gestão da pandemia pelo governo federal e seus representantes foi "gravemente ineficiente". Foram apontados como os responsáveis pela alegada ineficiência, entre outros, o próprio Bolsonaro e o general do Exército Eduardo Pazuello, ex-ministro da Saúde.

Diz o MPF que essas autoridades "deixaram de adotar diversas medidas essenciais para a diminuição da circulação do vírus no país e para garantir o direito à saúde e à vida de seus cidadãos".

Assinaram a ação Luciana Loureiro Oliveira, Ana Carolina Alves Araújo Roman, Felipe Fritz Braga, Melina Castro Montoya Flores e Mário Alves Medeiros.

Na questão da compra de vacinas, os procuradores afirmaram que os gestores federais agiram de forma omissa e injustificada. E assim também se comportaram, segundo os autores da ação, quanto à realização de campanhas informativas e educacionais.

"Houve atuação constante dos agentes públicos da União, notadamente do presidente da República Jair Bolsonaro, para desacreditar a necessidade, a segurança e a eficácia das vacinas."

MAUS-TRATOS

MP pede prisão de fazendeiro que abandonou búfalos

O Ministério Público estadual de Brotas, no interior de São Paulo, acolheu ontem o pedido de prisão feito pela Polícia Civil e apresentou denúncia contra o fazendeiro Luiz Augusto Pinheiro de Souza, suspeito de de maus-tratos contra cerca de 1.000 búfalos.

Segundo a polícia, o proprietário da Fazenda São Luiz da Água Sumida, de cerca de 1.000 hectares, abandonou os animais sem comida e sem água por um longo período, numa condição que provocou a morte de mais de uma centena de animais e danos permanentes à saúde de vários outros. Caberá agora à Justiça decidir se aceita ou não o pedido — não há prazo para que

isso aconteça.

A defesa de Souza diz que o pedido de prisão "não guarda elementos jurídicos para sua decretação", mas que a defesa se manifestará quando citada nos autos do processo.

Um laudo do inquérito policial anexado ao processo do Promotoria, e um dos elementos que deram sustentação à denúncia, diz que os animais foram mortos de maneira cruel pela privação de água e alimento, além da exposição a calor excessivo.

Diz ainda, que a investigação revelou que Souza enterrou em valas búfalos ainda vivos que apresentavam condição precária de saúde. Segundo a Promotoria, as investigações mostraram ain-

da que as búfalas permaneceram por, no mínimo, 40 dias sem água e alimentação.

No despacho, o promotor Cássio Sartori relata que o inquérito policial apurou que os maus-tratos podem ter começado em agosto e tenham durado até o dia 21 de novembro.

"Demonstrou-se, outrossim, que diversos búfalos com a saúde precária, tiveram morte extremamente sofrida, na medida em que, fragilizados pela falta de alimentos e água, agonizaram até o fim da vida e foram atacados por urubus que comeram seus olhos ainda vivos", descreve o promotor.

Além do proprietário da fazenda, o promotor denunciou tam-

bém outros quatro funcionários da área que, segundo Sartori, contribuíram para os danos aos animais. São eles Antonio Virgínio da Silva Sobrinho, Rui Chichinelli, Rinaldo Ferrarezi e Miguel Arcajo Valencise.

Também teriam sido vítimas de maus-tratos ao menos 72 cavalos e pôneis, resultando na morte de ao menos quatro deles.

Na denúncia, o promotor diz que a decisão de Pinheiro de Souza de deixar os animais sem comida e água foi premeditada e teve o objetivo de obter "vantagem pecuniária".

Concluiu que ao menos desde o início do ano 2021, Pinheiro de Souza perdeu o interesse na pecuária leiteira bubalina.

As investigações concluíram que a perda de interesse pode ser constatada por conta da falta de conservação das estruturas necessárias ao desenvolvimento da atividade. O mangueiro, onde os animais eram ordenhados, por exemplo, estava praticamente destruído, diz a denúncia.

VIOLÊNCIA OBSTÉTRICA

Médico Renato Kalil é investigado por hospitais e promotoria

CLAUDINEI QUEIROZ/FOLHAPRESS

Os hospitais paulistanos São Luiz e Albert Einstein e o Ministério Público de São Paulo informaram ontem que estão investigando as denúncias contra o médico Renato Kalil por suposta violência obstétrica.

As acusações contra Kalil vieram à tona nesta semana, quando áudios e vídeos circularam na internet com frases desrespeitosas atribuídas ao médico e pronunciadas durante o parto da filha da influencer Shantal Verdelho, há cerca de três meses. O G1 foi o primeiro a noticiar o caso.

Após a revelação do caso, a jornalista britânica Samantha Pearson, correspondente do jornal The Wall Street Journal no Brasil, disse ao jornal O Globo ter passado por episódios traumáticos de assédio moral no consultório de Kalil.

Ontem, mais duas mulheres afirmaram ao jornal O Globo que foram vítimas de assédio sexual pelo médico.

Considerado referência na obstetria brasileira e famoso por fazer partos de celebridades, Kalil nega as acusações de violência obstétrica, afirma que o parto ocorreu sem "qualquer intercorrência" e que o vídeo foi editado, com frases retiradas de contexto.

Em nota à reportagem, o Hospital São Luiz diz repudiar qualquer comportamento inadequado à prática médica. "A instituição não recebeu nenhuma denúncia formal relacionada ao parto da dra. Shantal Verdelho, mas, diante das notícias veiculadas, está apurando o ocorrido. Esclarece também que o médico não é funcionário do hospital."

O Albert Einstein informou que foi aberto um processo administrativo interno para acompanhamento da conduta médica de Kalil. "O hospital também está atento à avaliação de órgãos externos que estão atuando no caso. Importante informar que não foram identificadas quaisquer denúncias a respeito de sua prática dentro do hospital", diz a nota.

A Promotoria de Enfrentamento à Violência de Gênero, Doméstica e Familiar contra a Mulher, do Ministério Público de São Paulo (MP-SP), confirmou a abertura de "procedimento de investigação criminal para apuração inicial dos fatos, recebimento de documentos e atendimento prioritário às vítimas, sem prejuízo de futura reunião de feitos na

hipótese de instauração de inquérito policial para investigação de fatos correlatos".

O MP-SP ainda divulgou um email para que pessoas eventualmente interessadas em apresentar informações entrem em contato: gevidcentral@mpsp.mp.br.

Após a denúncia de Shantal, o Cremesp (Conselho Regional de Medicina do Estado de São Paulo) já havia aberto uma investigação sobre a conduta de Kalil. As apurações tramitam sob sigilo. Segundo a entidade, detalhes da acusação só serão revelados após o final do processo.

Por meio de sua assessoria, Kalil disse que é médico obstetra ginecologista há 36 anos e que, ao longo de sua carreira, já efetuou mais de 10 mil partos, sem nenhuma reclamação ou incidente.

A nota diz ainda: "O parto da sra. Shantal aconteceu sem qualquer intercorrência e foi elogiado por ela em suas redes sociais durante 30 dias após o parto. Surpreendentemente, o dr. Renato Kalil começou a receber nos últimos dias ataques com base em um vídeo editado, com conteúdo retirado de contexto. A íntegra do vídeo mostra que não há nenhuma irregularidade ou postura inapropriada durante o procedimento. Ataques à sua reputação serão objeto de providências jurídicas, com a análise do vídeo na íntegra".

Ontem, o jornal O Globo noticiou relatos de mais duas mulheres que disseram terem sido vítimas do médico. Segundo Letícia Domingues, ela foi estuprada por três dias seguidos após ser internada na Santa Casa de Misericórdia de São Paulo para a realização de um procedimento ginecológico, em outubro de 1991. Após a alta, os pais a levaram a uma consulta no consultório de Kalil, onde ela teria sido estuprada novamente. Ao jornal, ela disse não ter contado o caso por medo.

A outra mulher, que não quis ser identificada, afirmou que Kalil exibiu o pênis para ela após um parto traumático, em 1993, quando ele era planejador do Hospital São Luiz. Isso depois de ter arrancado a placenta dela de maneira dolorosa durante o parto, de acordo com o relato.

Ao jornal carioca o obstetra negou as novas acusações e declarou, em nota, que "considera absurdas e fantasiosas as histórias e estranha que sejam veiculadas agora, 30 anos depois".

QUÊNIA

Seca vira desastre nacional e ameaça vida de animais

MAYARA PAIXÃO/FOLHAPRESS

O agravamento da seca em áreas tradicionalmente áridas do Quênia, impulsionado pela emergência climática, tem empurrado milhões de pessoas para a insegurança alimentar e levado à morte centenas de animais que habitam o país da costa leste africana.

Mais de 2,9 milhões de quenianos precisam de assistência humanitária após áreas do litoral e do sudeste do país registrarem o pior volume de chuvas das últimas quatro décadas, de acordo com dados do Escritório de Coordenação de Assuntos Humanitários das Nações Unidas.

A piora da seca prejudicou a produção agrícola e de gado e levou mais de 368 mil pessoas a passarem fome – o país tem pouco mais de 54 milhões de habitantes. Os números estão reunidos em um relatório publicado na terça-feira passada.

A crise humanitária intensificada pela crise do clima afeta em especial a infância e tem recorde de gênero: 523 mil crianças menores de 5 anos precisam de tratamento para desidratação aguda, e, em algumas localidades, famílias começaram a adotar saídas extremas, como o ca-

samento infantil, na tentativa de proporcionar melhores condições econômicas às filhas.

Com as fontes de água secas, o país também assiste à morte de centenas de animais. A realidade não é incomum – em 2017, o Quênia perdeu mais de 400 elefantes devido à seca –, mas está agravada. Somente o condado de Garissa, no sudeste, que possui pouco mais de 4.830 girafas, segundo dados do censo nacional, corre o risco de perder 4.000 delas por causa dos efeitos da seca.

Autoridades locais ouvidas pelo jornal queniano The Star afirmam que a situação piorou porque muitas famílias, na ausência de outras fontes de água, passaram a desenvolver suas atividades agrícolas na beira dos rios, impedindo que animais selvagens acessem a água. A população de girafas no Quênia é avaliada em mais de 34,2 mil.

A situação, que já se estende há meses, levou o presidente do país, Uhuru Kenyatta, a declarar a seca um desastre nacional na primeira quinzena de setembro. Com isso, áreas do governo como o Tesouro e o Ministério do Interior foram instadas a liderar esforços para ajudar famílias afetadas, em especial com a distribuição de alimentos.

A emergência climática, que já transforma e prejudica o cotidiano de agricultores e famílias africanas, atinge no Quênia uma região que historicamente tem sua dinâmica alterada pelo clima. As chamadas terras áridas e semiáridas – conhecidas pela sigla ASAL – ocupam mais de 80% do território, em especial as partes ao norte e ao sudeste.

Espalhadas em 29 dos 47 condados, elas abrigam cerca de 38% da população nacional, 70% da pecuária e 90% dos animais selvagens.

A subsistência e a economia da região foram afetadas em cheio. Segundo o levantamento das Nações Unidas, 87% dos condados inseridos na região árida e semiárida estão em alerta para a seca e, neles, a população se vê obrigada a caminhar distâncias mais longas para buscar água. O acesso do gado à água também piorou em 91% dos condados. Já a produção de leite está abaixo da média em 74% do território, e os preços do milho subiram em 65% dos locais.

De acordo com dados da organização americana Christian Aid, que atua no país, o Quênia é altamente vulnerável às mudanças climáticas, com projeções sugerindo que a temperatura média anual do país aumentará

2,5 °C em 2050, em comparação com 2000.

A África registrou em 2020 o terceiro ano mais quente da região. Se seguir assim, em dez anos o continente terá 118 milhões de pessoas – cerca de 10% dos habitantes – em situação de extrema pobreza expostas aos eventos extremos, e o PIB será reduzido em 3% até 2050, segundo projeções da Organização Meteorológica Mundial (OMM).

Ainda que seja responsável por menos de 4% das emissões de carbono, o continente vê as temperaturas médias se aquecerem mais rapidamente que a média global. Em 2020, na contramão do observado neste ano, as inundações foram fonte de desastres no Quênia – por conta delas, somente de outubro a dezembro daquele ano mais de 40 mil pessoas foram obrigadas a deixar suas casas e migrar.

Liderada pelas Nações Unidas, uma campanha de arrecadação de fundos para ajudar a população afetada foi lançada em setembro. Até o momento, porém, o cenário é descrito como "extremamente subfinanciado". Dos US\$ 139,5 milhões (R\$ 798 milhões) apontados como necessários, apenas 23% (US\$ 32,3 milhões) foram arrecadados.

OCIDENTE

Xi diz a Putin que China e Rússia devem se defender

O líder da China, Xi Jinping, disse ontem que seu país e a Rússia de Vladimir Putin precisam se defender de forma conjunta contra o Ocidente. Em uma reunião por vídeo, o chinês deu seu apoio ao russo na crise da Ucrânia, e ouviu de volta críticas compartilhadas à expansão militar americana no Indo-Pacífico. A aproximação entre o país herdeiro da União Soviética e o gigante comunista acelerou-se desde o início da pandemia, em 2020, ante a maior agressividade de Washington na busca por conter os adversários.

Os relatos da segunda videoconferência entre Xi e Putin neste ano, somando ao todo 36 encontros desde que o chinês ascendeu ao poder em 2012, foram feitos de forma indireta pelo Kremlin e pela imprensa estatal em Pequim. Segundo eles, a situação internacional está "muito tensa" e Moscou está sendo sujeita a "uma muito, muito agressiva retórica" por parte dos Estados Unidos e da Otan, aliança ocidental imersa em contradições e crises próprias.

Isso ocorre em meio à renovada crise na Ucrânia. Putin posicionou quase 100 mil soldados perto da fronteira do vizinho, em uma demonstração de força que visa buscar uma solução permanente para o que percebe como um desafio geopolítico: a eventual adesão de Kiev à Otan e a outras estruturas ocidentais.

Desde 2014, o leste ucraniano vive uma guerra civil que ora está congelada. Rebeldes pró-Rússia, incentivados por Moscou, controlam parte do chamado Donbass – naquele ano, Putin já havia anexado a Crimeia como forma de desestabilizar Kiev, onde o governo simpático ao Kremlin havia sido derrubado e trocado por um pró-Ocidente. Putin agora quer garantias por escrito dos EUA e da Otan de que o clube militar não irá expandir-se ao leste, e isso inclui países como a Geórgia e a Moldóvia, que têm também questões territoriais inconclusas com Moscou. Em conversa com o russo na semana passada, o presidente

americano, Joe Biden, havia rechaçado essa demanda. Nesta quarta, o vice-chanceler russo, Dmitri Riabkov, apresentou seu plano reiterando o pedido e termos para evitar a instalação de mísseis nucleares de alcance intermediário na Europa à secretária-assistente de Estado, Karen Donfried, em Moscou. Xi apoiou o pleito de Putin. Em troca, ouviu do colega a condenação e o compartilhamento de "visões negativas" sobre a criação da aliança militar Aukus (Austrália-Reino Unido-EUA, no acrônimo das iniciais em inglês), patrocinada por Biden como forma de pressionar Pequim em seu quintal marítimo.

A Rússia já vinha dando suporte a demonstrações chinesas de contrariedade na região, como em exercícios navais conjuntos em torno do Japão e em patrulhas aéreas conjuntas.

Na chamada Guerra Fria 2.0, iniciada em 2017 em diversas áreas pelo antecessor de Biden, Donald Trump, a China se viu desafiada na economia, na política e na área militar. O democrata acelerou esse processo, namorando os independentistas de Taiwan, ilha que Pequim considera sua.

O resultado foi um acréscimo enorme na atividade militar em torno de Taipé, com incursões e sugestões de invasão que geraram alarme regional. Os EUA, por sua vez, aumentaram o trânsito de navios de guerra em torno da China.

Voltando ao teatro europeu, também nesta quarta o novo primeiro-ministro alemão, Olaf Scholz, disse que a Rússia "não iria dividir a Europa", uma instância aparentemente mais rígida do que a de sua antecessora Angela Merkel, que ao longo de 16 anos foi uma adversária de Putin que sempre buscou acomodação com o russo.

Nesta quarta, Berlim expulsou dois diplomatas russos após uma corte considerar que um ativista tchetcheno foi morto na capital alemã em 2019 por ordens de Moscou – algo que o Kremlin nega. Além disso, ainda depende de reguladores alemães a liberação para operação do gasoduto Nord Stream 2, vi-

tal para os planos de Putin ao ligar a Rússia à Alemanha.

Já o premiê britânico, Boris Johnson, voltou à carga ao dizer que uma invasão da Ucrânia, que Putin nega ter intenção de executar, seria "desastrosa".

E a UE (União Europeia) promoveu uma reunião na qual justamente os países ex-soviéticos que mais preocupam o Kremlin em sua busca por ocidentalização, Ucrânia, Geórgia e Moldóvia, voltaram a pedir para serem aceitos no bloco.

Por ora, tudo retórica, ante a paralisação dos países da região na crise. Além da Ucrânia, Moscou travou guerra na Geórgia em 2008. Presente ao encontro, o presidente ucraniano, Volodimir Zelenski, disse estar pronto para negociar com os russos.

A adesão desses países à UE é bastante difícil, assim como no caso da Otan, por serem países com grandes inviabilidades – a começar pelas áreas de maioria pró-russa que são autônomas em seus territórios. Críticos do Kremlin dizem que Putin deliberadamente sabota os vizinhos para evitar que eles adiram ao Ocidente.

Xi e Putin compartilham o que o russo chamou de "novo modelo de relação internacional". Céticos veem nisso uma defesa de autocracias, mas a ironia é que a base da relação de ambos é a promoção de valores de multilateralismo contra o que o chinês classificou de interferência de "certas forças internacionais" – os EUA.

Historicamente, Rússia e China são adversárias. Quase foram à guerra nos anos 1960, e Putin sempre investiu no Extremo Oriente russo temendo a influência e eventual apropriação chinesa da região.

Isso dito, o antagonismo aos EUA aproximou os países, que já haviam aumentado sua bastante significativa cooperação militar. A Rússia ainda é uma potência nuclear superior à China, apesar de Pequim prever estar em paridade com os EUA em 2049.

Economicamente, a distância entre os países é enorme: os chineses têm a segunda economia do mundo, e os russos lutam contra anos de dificuldades.

ALEMANHA

Grupo antivacina planejava matar premiê

A polícia da Alemanha informou ontem que descobriu uma conspiração de grupos antivacina para assassinar o primeiro-ministro do estado da Saxônia, no leste do país. O planejamento do crime acendeu um novo alerta às autoridades alemãs diante dos protestos cada vez mais violentos contra as restrições sanitárias e os planos de vacinação obrigatória. De acordo com a polícia, os militantes contrários à imunização se articularam em um grupo no aplicativo Telegram com mais de cem membros. As mensagens na plataforma indicam que os membros possuíam bestas e armas de fogo que poderiam ser utilizadas no assassinato do premiê Michael Kretschmer.

A polícia estadual informou ainda que a investigação se concentrou em cinco membros principais do grupo no Telegram. Houve mandados de busca em vários endereços nas cidades de Dresden e Heidenau, onde, de acordo com as autoridades, "a suspeita inicial foi confirmada".

Não ficou claro se algum dos investigados foi detido, mas o comunicado da polícia descreve as ações do grupo como "a preparação de atos violentos que ameaçam o Estado".

A Saxônia está entre os estados da Alemanha com as maiores taxas de infecção por coronavírus e com os menores índices de vacinação. A região também é reduto do partido da ultradireita Alternativa para a Alemanha (AfD) – uma pesquisa do Instituto Forsa apontou que metade dos não vacinados votou na AfD nas últimas eleições.

Nas últimas semanas, os protestos contra as restrições impostas aos não vacinados e contra a vacinação obrigatória para determinados grupos (a imunização será exigida dos profissionais da saúde a partir de 16 de março) têm se tornado mais violentos. Houve um aumento, por exemplo, das manifestações que envolvem algum tipo de ataque a médicos, políticos e jornalistas.

TESOURO

EUA incluem PCC em lista de sanções a grupos ligados ao tráfico

O Departamento do Tesouro dos EUA incluiu a facção criminosa PCC numa lista do governo americano para sanções financeiras em razão da associação ao narcotráfico. A lista tem novos 25 nomes – o PCC entre eles, o único do Brasil nesta nova leva – e foi divulgada pelos EUA ontem.

A ordem executiva relacionada à lista foi assinada pelo presidente dos EUA, Joe Biden. Não há nomes de pessoas ou empresas associadas ao PCC, apenas a facção criminosa foi incluída na lista. A ideia é que esses nomes apareçam em uma nova etapa, de forma que seja possível aplicar sanções como bloqueio de bens e contas bancárias.

O Palácio do Planalto foi avisado na manhã desta quarta de que haveria a inclusão da facção criminosa na lista. O mesmo ocorreu com o Ministério da Jus-

tiça e Segurança Pública, PF e Coaf (Conselho de Controle de Atividades Financeiras). A nova lista do governo americano incluiu organizações criminosas, empresas constituídas formalmente e pessoas acusadas de narcotráfico do Brasil, China, México e Colômbia.

A partir dessa lista, o governo dos EUA pode bloquear bens e contas bancárias no país. A lista serve também de referência para instituições financeiras em outros países. O PCC é descrito pelo Departamento do Tesouro como a maior organização criminosa do Brasil e uma das maiores do mundo.

A facção surgiu em São Paulo na década de 90 e faz uso da violência e assassinatos para estabelecer a dominância no narcotráfico e lavagem de dinheiro, conforme o governo dos EUA.